

Escolaridade e rendimentos no mercado de trabalho formal do RS, nos anos 90

*Maria Isabel Herz da Jornada**

Os anos 90 foram marcados por modificações estruturais que tiveram impactos profundos sobre o mercado de trabalho e sobre o futuro das relações de trabalho no Brasil. A abertura comercial e financeira, associada ao câmbio valorizado e aos juros altos do pós-real, estimulou um duro processo de reestruturação produtiva, que, embora não tenha se difundido com a mesma intensidade para a totalidade do tecido produtivo, trouxe repercussões indeléveis para empresas e trabalhadores. A modernização tecnológica e, especialmente, a organizacional, enfrentadas pelas empresas, levaram a ganhos inéditos de produtividade na indústria em meio a um modesto crescimento econômico, cuja exceção foi o período 1993-95. Os efeitos mais visíveis no mercado de trabalho foram o desemprego — notadamente na indústria de transformação —, perdas salariais em vários anos e uma crescente seletividade, expressa na mudança no patamar de escolaridade dos empregados, no mercado formal de trabalho.

Os debates em torno da reestruturação têm enfatizado os aspectos referentes ao surgimento de novos requisitos para o engajamento dos trabalhadores no mercado, tendo em vista que os modernos processos produtivos vêm demandando novas competências e novas habilidades por parte dos trabalhadores. A educação formal aparece, pois, como a condição necessária para habilitar os trabalhadores a esse novo ambiente econômico, o que deve estar se refletindo na configuração do mercado de trabalho.

O propósito deste artigo é justamente verificar as mudanças no perfil de escolaridade dos trabalhadores no mercado de trabalho formal do Rio Grande do Sul ao longo da década de 90, entendida como o intervalo de 1989 a 1999, e relacioná-las com o movimento dos salários no mesmo período. Dando continuidade à linha de pesquisa que o Núcleo de Estudos do Trabalho (NET) da FEE

* Socióloga da FEE.

A autora agradece aos colegas Sheila Sternberg e Guilherme G. de F. Xavier Sobrinho pela qualificada interlocução e pelo apoio permanente no tratamento estatístico. Aos demais colegas do NET agradece pelas críticas e sugestões a uma versão preliminar deste artigo. Agradecimentos, igualmente, ao Pedro Henrique Preussler, estagiário do NET.

vem desenvolvendo e que já rendeu uma considerável massa crítica sobre a trajetória do mercado de trabalho formal no Estado, nos anos 90,¹ pretende-se examinar a evolução dos rendimentos médios reais segundo os níveis de escolaridade dos empregados formais, com o fim último de averiguar se está havendo, por parte do mercado, a valorização de níveis adicionais de escolaridade. Subjacente a essa indagação, está uma questão mais ampla, que foge dos limites deste estudo, pois implica outro tratamento analítico, que é se o aumento da escolaridade média dos trabalhadores com vínculos formais decorre de uma exigência das empresas ou se é mais uma conseqüência da elevação comprovada do patamar de escolaridade da população como um todo.

Utilizou-se como fonte de dados para o tratamento analítico a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), uma base do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), que fornece os registros do nível e da composição do emprego legalizado em 31 de dezembro de cada ano. Sempre que se tratar dessa fonte, precisa-se ter presente que, a despeito da riqueza admirável de informações que ela fornece sobre a parcela de trabalhadores com vínculos formais, se trata de registros administrativos, que não sofrem qualquer procedimento de crítica ou checagem de erros de informação eventualmente cometidos por quem responde ao questionário.

A estrutura do texto contempla uma breve abordagem sobre a evolução do emprego formal no Rio Grande do Sul entre 1989 e 1999, a fim de situar a análise sobre a condição de escolaridade da população empregada e a situação dos rendimentos médios reais. Na seqüência, relacionam-se os rendimentos médios reais dos trabalhadores de um estrato de escolaridade ao estrato imediatamente anterior, com o propósito de identificar os diferenciais de rendimento entre os níveis consecutivos de escolaridade, para alcançarem evidências da valorização da educação formal.

1 - O movimento do emprego formal no RS: breves traços

O emprego formal no Rio Grande do Sul registrou uma queda de 3,42% no período 1989-99, o que equivale a uma supressão de 64.308 postos de trabalho. Uma perda que foi localizada nos primeiros anos da década, do início do Plano Collor até meados de 1992, e no meio dela, no momento da implantação do Programa de Estabilização. Têm-se, assim, uma taxa de crescimento negativa

¹ Ver Sternberg, Jornada e Xavier Sobrinho (2000); Bastos (2000); Sternberg (2000); Xavier Sobrinho, Sternberg e Jornada (2000); Jornada (2001); Bastos (2001); Sternberg (2001); Xavier Sobrinho (2001).

de 5,88% entre 1989 e 1990, de 4,43% entre 1990 e 1991 e uma taxa praticamente nula, de 0,16%, de 1991 a 1992; entre 1994 e 1995, ela volta a ser negativa, 3,12%. Cabe destacar que, nesse primeiro quinquênio, também se registrou uma expansão do emprego sem paralelo na década — 4,73% entre 1992 e 1993 — quando se verificou a retomada do crescimento econômico. O segundo quinquênio mostra um movimento continuado de recuperação, com taxas em torno de 1,5% ao ano, com exceção de 1995 e 1996, em que o emprego praticamente estagnou (Tabela 1).

Tabela 1

Variação percentual do número de trabalhadores formais e do rendimento médio real, por níveis de escolaridade, no RS — 1989-99

PERÍODOS	FUNDAMENTAL INCOMPLETO		FUNDAMENTAL COMPLETO (1)		MÉDIO COMPLETO (2)	
	Número de Trabalhadores	Rendimento Médio	Número de Trabalhadores	Rendimento Médio	Número de Trabalhadores	Rendimento Médio
1989-90	-10,03	-11,95	-4,82	-14,05	-0,44	-14,91
1990-91	-6,41	-2,28	-2,78	-8,54	-0,48	-12,93
1991-92	-0,35	11,46	-0,12	10,51	1,17	17,44
1992-93	2,27	2,54	7,23	-2,90	8,22	5,92
1993-94	-2,43	-6,99	6,35	-8,27	3,85	-13,15
1994-95	-4,71	10,93	-2,81	21,77	-1,29	13,95
1995-96	9,94	11,24	9,77	10,69	-15,42	3,68
1996-97	-14,05	-7,02	-1,80	-15,88	28,66	-7,04
1997-98	-3,68	3,19	3,19	2,20	7,46	4,45
1998-99	-4,10	-6,98	4,38	-11,09	8,91	-13,98
1989-99	-30,35	0,73	18,93	-20,29	41,61	-21,02

PERÍODOS	SUPERIOR COMPLETO		IGNORADO		TOTAL	
	Número de Trabalhadores	Rendimento Médio	Número de Trabalhadores	Rendimento Médio	Número de Trabalhadores	Rendimento Médio
1989-90	2,68	-18,18	8,84	-10,78	-5,88	-12,57
1990-91	-2,07	-15,87	-29,59	-4,98	-4,43	-8,40
1991-92	3,20	16,49	-19,79	216,61	0,16	15,24
1992-93	5,95	0,78	-16,35	16,71	4,73	2,82
1993-94	0,44	-13,97	-71,02	-64,62	0,65	-10,24
1994-95	-6,45	49,14	337,88	25,65	-3,12	21,34
1995-96	-31,70	8,73	9,06	-8,01	0,38	0,63
1996-97	61,83	-17,10	-66,04	-4,31	1,42	-1,97
1997-98	5,31	15,36	-57,80	4,13	1,35	8,16
1998-99	2,23	-7,75	-97,66	18,44	1,73	-9,04
1989-99	22,91	-0,54	-99,76	51,20	-3,42	0,31

FONTE: RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS - RAIS (1989-1999). Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego. (CD de uso interno).

NOTA: Rendimento médio em 31 de dezembro, em valores reais, calculado com base no IPC do IEPE, a preços de dez./00.

(1) Inclui os trabalhadores com o ensino médio incompleto. (2) Inclui os trabalhadores com o ensino superior incompleto.

Dentre os setores mais importantes na estrutura do emprego formal nesses 10 anos,² a indústria da transformação foi o único que experimentou recuo no emprego, com uma taxa de -18,18% entre 1989 e 1999. Os outros setores com expressão — comércio, serviços e administração pública — apresentaram taxas positivas de 4,62%, 3,47% e 5,85% respectivamente. Merece menção, mesmo não figurando entre as atividades de maior peso no emprego regulamentado, a construção civil, por alcançar um crescimento de quase 30% no seu contingente.³ A agropecuária, a extração vegetal e caça e pesca exibiram um percentual alto, de 148,23%, refletindo, provavelmente, um processo parcial de regulamentação das relações de trabalho no campo (Tabela 2).

Paralelo à retração do emprego formal, o mercado de trabalho, nos anos 90, foi marcado por uma crescente seletividade, que se refletiu no declínio da participação dos trabalhadores de baixa escolaridade nesse mercado e no conseqüente avanço da parcela mais bem escolarizada, como se verá a seguir.

A evolução do emprego formal ao longo dos anos 90 tem uma dupla face, respondendo tanto às medidas de caráter conjuntural — ajuste frente à desaceleração do nível de atividade — quanto ao processo de reestruturação produtiva, que tomou vulto nesses anos e que implicou a emergência de novos requisitos para a contratação de trabalhadores. Esses novos requisitos — presumidamente consagrados pela reestruturação — pressupõem um patamar de educação formal que permita a formação de trabalhadores polivalentes e multifuncionais, adaptáveis às várias etapas do processo produtivo. Aparentemente, a crescente seletividade do mercado de trabalho acima referida está relacionada às mudanças na esfera produtiva. Porém é preciso ter presente, por um lado, que as inovações tecnológicas e gerenciais não se difundiram com a mesma intensidade para a totalidade do tecido produtivo, e, por outro, que o padrão de escolaridade da população como um todo está se elevando, o que deve estar se refletindo na maior escolaridade da força de trabalho.

² Consideraram-se os setores que participavam com mais de 10% na estrutura do emprego formal do Estado em 1999, que, juntos, atingiam 90% do total do pessoal empregado.

³ Esse dado precisa ser balizado pelo do desempenho do produto setorial. O Valor Adicionado Bruto da construção civil teve uma variação acentuadamente menor no mesmo período, de 11,73%. Nesse sentido e tendo em vista que o setor costuma abrigar trabalhadores sem vínculo contratual, é possível supor que antes esteja havendo a formalização de relações de trabalho preexistentes do que a geração de novos empregos.

Tabela 2

Varição percentual do número de trabalhadores formais e do rendimento médio real, por níveis de escolaridade e por setores de atividade, no RS — 1989-99

SETORES DE ATIVIDADE	FUNDAMENTAL INCOMPLETO		FUNDAMENTAL COMPLETO (1)		MÉDIO COMPLETO (2)	
	Número de Trabalhadores	Rendimento Médio	Número de Trabalhadores	Rendimento Médio	Número de Trabalhadores	Rendimento Médio
Extrativa mineral.....	-34,34	53,71	63,33	20,53	19,57	14,33
Indústria de transformação.....	-39,34	-3,78	32,35	-18,33	60,96	-23,23
Serviços industriais de utilidade pública...	7,47	11,56	-66,92	-43,81	71,85	-40,12
Construção civil.....	1,14	10,37	188,65	-4,47	136,65	0,22
Comércio.....	-34,63	4,26	18,51	-10,41	88,38	-21,79
Serviços.....	-29,41	0,88	19,74	-35,88	36,56	-39,66
Administração pública.....	-18,92	19,28	6,26	29,57	21,94	33,57
Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca.....	142,00	-20,34	246,16	-26,88	143,57	14,54
Outros/ignorado.....	-99,99	-37,53	-100,00	-100,00	-99,82	45,39
Total.....	-30,35	0,73	18,93	-20,29	41,61	-21,02

SETORES DE ATIVIDADE	SUPERIOR COMPLETO		IGNORADO		TOTAL	
	Número de Trabalhadores	Rendimento médio	Número de Trabalhadores	Rendimento Médio	Número de Trabalhadores	Rendimento Médio
Extrativa mineral.....	-19,44	36,20	-100,00	-100,00	-21,06	46,71
Indústria de transformação.....	9,26	-6,65	-99,83	100,00	-18,18	0,57
Serviços industriais de utilidade pública...	-5,84	-46,95	-100,00	-100,00	-21,13	-35,38
Construção civil.....	77,37	24,23	-99,79	-71,18	28,96	17,38
Comércio.....	43,91	-2,41	-99,76	36,77	4,62	-0,44
Serviços.....	41,30	-2,10	-99,72	-17,94	3,47	-12,13
Administração pública.....	16,76	4,01	-99,87	-11,87	5,85	21,40
Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca.....	170,19	23,60	-99,63	11,34	148,23	-11,06
Outros/ignorado.....	-99,86	452,12	-99,39	275,18	-99,95	318,21
Total.....	22,91	-0,54	-99,76	51,20	-3,42	0,31

FONTE: RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS - RAIS (1989-1999). Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego. (CD de uso interno).

NOTA: Rendimento médio em 31 de dezembro, em valores reais, calculado com base no IPC do IEPE, a preços de dez./00.

(1) Inclui os trabalhadores com o ensino médio incompleto. (2) Inclui os trabalhadores com o ensino superior incompleto.

2 - A evolução da escolaridade dos trabalhadores formais

A condição de escolaridade representou um decisivo diferencial para os trabalhadores: a contração do emprego concentrou-se nos trabalhadores menos escolarizados — o estrato dos que tinham até o fundamental incompleto —, os únicos que tiveram redução no seu nível de emprego entre 1989 e 1999, -30,35%.⁴ Importa observar que, se o estrato for desagregado, as cifras são maiores ainda para aqueles trabalhadores mais escassamente escolarizados: o contingente de analfabetos diminuiu 43,19%, o dos trabalhadores com a 4^a série incompleta tornou-se a metade do que era, e o estoque de empregados com a 4^a série completa reduziu-se 45,88%, ao passo que os trabalhadores que se encontravam no limite superior do intervalo, aqueles com a 8^a série incompleta, tiveram um recuo muito menor, de apenas 6,88%. Já o contingente de indivíduos que tinha o ensino médio completo foi o que mais cresceu, 41,61%, seguido do estrato com o superior completo, 22,91%, e do grupo de trabalhadores com o ensino fundamental completo, que cresceu quase 20% (Tabela 1).

Tem-se, assim, uma reconfiguração do mercado de trabalho, com a notável diminuição da parcela dos indivíduos menos escolarizados e o aumento das parcelas mais escolarizadas. Nesses termos, no final da década, os trabalhadores que tinham até o ensino fundamental incompleto se reduziram de 51,00% do total em 1989 para 36,78% em 1999, ao passo que os empregados que haviam completado o fundamental aumentaram a sua participação para 26,70%, os que haviam concluído o ensino médio, para 24,68%, e o contingente com curso superior completo passou a representar 11,83% da população empregada (Tabela 3).

⁴ Trata-se, na verdade, de uma suposição, porque, rigorosamente, não se pode precisar a magnitude do desemprego em cada estrato de escolaridade, pois uma fração do pessoal deve ter transitado para faixas superiores de escolaridade. Sabe-se, também, que grande parte das empresas não costuma atualizar os seus fichários, conservando o grau de escolaridade informado pelo trabalhador quando da sua contratação. Todavia, embora não se conheça o que aconteceu com o trabalhador individualmente (o que só seria possível com estudos longitudinais), o comportamento da faixa é nítido, e é isso que se está verificando.

Tabela 3

Distribuição percentual dos trabalhadores formais, por níveis de escolaridade e por setores de atividade, no RS — 1989 e 1999

SETORES DE ATIVIDADE	FUNDAMENTAL INCOMPLETO		FUNDAMENTAL COMPLETO (1)		MÉDIO COMPLETO (2)	
	1989	1999	1989	1999	1989	1999
Extrativa mineral.....	80,29	66,78	10,37	21,45	5,97	9,04
Indústria de transformação	71,25	52,82	17,27	27,94	8,31	16,35
Serviços industriais de utilidade pública.....	24,80	33,79	49,98	20,96	15,38	33,51
Construção civil.....	78,18	61,31	11,23	25,13	5,84	10,71
Comércio.....	45,23	28,26	34,99	39,64	16,20	29,17
Serviços.....	42,05	28,69	23,52	27,22	22,31	29,44
Administração pública.....	27,44	21,02	16,72	16,78	27,21	31,35
Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca.....	79,71	77,71	9,49	13,24	6,61	6,48
Outros/ignorado.....	57,28	9,68	20,01	0,00	15,45	54,84
Total.....	51,01	36,78	21,68	26,70	16,83	24,68

SETORES DE ATIVIDADE	SUPERIOR COMPLETO		IGNORADO	
	1989	1999	1989	1999
Extrativa mineral.....	2,67	2,72	0,70	0,00
Indústria de transformação	2,16	2,89	1,01	0,00
Serviços industriais de utilidade pública.....	9,83	11,73	0,01	0,00
Construção civil.....	2,07	2,85	2,69	0,00
Comércio.....	2,13	2,93	1,45	0,00
Serviços.....	10,73	14,65	1,40	0,00
Administração pública.....	27,96	30,85	0,66	0,00
Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca.....	2,36	2,57	1,83	0,00
Outros/ignorado.....	5,66	16,13	1,61	19,35
Total.....	9,30	11,83	1,18	0,00

FONTE: RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS - RAIS (1989 e 1999).
Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego. (CD de uso interno).

(1) Inclui os trabalhadores com o ensino médio incompleto. (2) Inclui os trabalhadores com o ensino superior incompleto.

O emprego setorial, considerando-se as principais atividades, mostra a mesma tendência de comportamento — os cortes no mercado de trabalho, na década, parecem ter recaído, predominantemente, sobre os trabalhadores menos escolarizados, como é o caso da indústria de transformação, onde eles foram os mais atingidos pelo processo de ajuste produtivo do período. Na indústria de transformação, que acusa a maior retração no nível de emprego, com o fechamento de milhares de postos de trabalho nesses anos, só o estrato de trabalhadores com o ensino fundamental incompleto mostrou declínio, com uma taxa negativa de quase 40%; no seu volume, todos os outros grupos cresceram: 32,35% no fundamental completo, 60,96% no médio completo e 9,26% no superior completo. No comércio, a faixa de baixa escolaridade caiu 34,63%, enquanto a do fundamental completo subiu 18,51%, a do médio completo, 88,38% e a do superior completo, 43,91%. No setor serviços, a queda foi de 29,41% no fundamental incompleto, ao passo que o estrato do fundamental completo teve um crescimento de 19,74%, o do médio completo, de 36,56%, e o do superior completo, de 41,30%. Na administração pública, o número de trabalhadores no fundamental incompleto diminuiu 18,92% e aumentou 6,26% no fundamental completo, 21,94% no médio completo e 16,76% no superior completo (Tabela 2).

Como resultado dessa trajetória, a população empregada nesses setores assumiu, no final do período, um perfil de escolaridade distinto. Na indústria de transformação, os trabalhadores sem o ensino fundamental completo reduziram-se para 52,82% do total, os que tinham o fundamental completo avançaram para 27,94%, enquanto 16,35% alcançavam o médio completo, e 2,89% detinham o ensino superior completo. No comércio, os trabalhadores com o ensino fundamental incompleto representavam, em 1999, 28,26% do total empregado, os com fundamental completo, 39,64%, aqueles com o médio completo, 29,17%, e os trabalhadores com o ensino superior completo eram 2,93%. O setor serviços contava com 28,69% dos trabalhadores com o ensino fundamental incompleto, 27,22% com o fundamental completo, 29,44% com o médio completo e 14,65% com o superior completo. A administração pública, pelas suas próprias características, ostentou o melhor perfil educacional: a maior parte dos seus trabalhadores possuía, pelo menos, o ensino médio completo: 21,02% tinham o fundamental incompleto, 16,78% alcançavam o fundamental completo, 31,35% concluíram o ensino médio, e 30,85%, o superior. Os outros setores, de menor expressão na estrutura do emprego, experimentaram, igualmente, uma melhora relativa na situação de escolaridade (Tabela 3).

Observa-se, pois, que a elevação do nível médio de escolaridade não foi só uma decorrência da contração do nível de emprego formal nos primeiros anos da década, que, provavelmente, teve como alvo a demissão de trabalhadores menos escolarizados, mas de um movimento efetivo de escolarização, dado pela

expansão significativa do número de pessoas empregadas nas faixas correspondentes aos níveis de escolaridade mais elevados, especialmente na relativa ao ensino médio completo. A seguir, procura-se acompanhar a evolução dos rendimentos médios reais dos trabalhadores gaúchos com vínculo formal de trabalho ao longo do período 1989-99, para verificar em que medida a elevação do padrão de escolaridade da população empregada correspondeu a um incremento dos rendimentos médios. Identificada a preferência pelo emprego do pessoal de maior escolaridade, cabe verificar se o mercado tem valorizado níveis adicionais de escolaridade, examinando-se os diferenciais de remuneração.

3 - A evolução dos rendimentos médios no mercado de trabalho formal⁵

Os rendimentos do trabalho parecem não acompanhar a escalada da escolaridade. Como se verá, o rendimento médio real, no Rio Grande do Sul, manteve-se praticamente estável, se forem considerados os anos extremos da década, 1989 a 1999. É claro que, no seu interior, a década foi diferenciada pelo transcurso de diferentes conjunturas econômicas. Os primeiros anos sofreram o impacto mais forte da abertura econômica e da recessão; os anos seguintes (1993 a 1997) presenciaram a retomada do crescimento econômico, com o aquecimento do consumo doméstico, derivado da queda sensível da inflação; os últimos anos caracterizam-se como de crise do Plano Real, com um baixo crescimento do PIB brasileiro.

O Gráfico 1, que ilustra a evolução do rendimento médio real dos trabalhadores gaúchos ao longo da década de 90, mostra cinco anos em que houve queda de salário médio real — em relação ao ano imediatamente anterior — e cinco anos em que houve elevação. O resultado, no acumulado do período, é uma quase estabilização do rendimento médio real, com um crescimento acumulado de 0,31% entre 1989 e 1999, ou seja, de uma cifra inicial de R\$ 736,08 alcançou-se R\$ 738,35. Um movimento que atingiu os trabalhadores de forma diferenciada, conforme a sua situação de escolaridade, como se verá a seguir.

Ao se observar o comportamento dos rendimentos médios reais de acordo com os níveis de escolaridade, chamam atenção, de imediato, as perdas salariais acentuadas experimentadas pelo estrato de trabalhadores que detinha o

⁵ Observa-se que a RAIS considera como remuneração mensal todos os valores provenientes dos rendimentos do trabalho. Ficam fora as parcelas de remuneração de empregados regidos pela CLT sobre as quais não incidam contribuições para a Previdência Social nem para o FGTS.

ensino fundamental completo (-20,29%) e pelo dos que detinham o médio completo (-21,02%), ao passo que o estrato do fundamental incompleto e o do ensino superior completo se situaram próximos da média: 0,73% e -0,54% respectivamente (Tabela 2).

O comportamento no estrato referente ao ensino fundamental incompleto compensou, em certa medida, as taxas de variação, fortemente negativas, dos níveis intermediários de escolaridade. Esse efeito não se deveu à variação do rendimento médio do estrato, já que ela foi praticamente nula, mas à importante perda de participação — de 51,00% do emprego total para 36,78% — desse segmento, que detém as mais baixas remunerações.

Como decorrência de trajetórias tão distintas, os diferenciais de rendimento entre níveis consecutivos de escolaridade alteram-se, em alguns casos, significativamente. Os casos mais sentidos foram, novamente, as situações extremas, onde se verificou uma queda acentuada nos diferenciais de rendimentos entre os indivíduos que possuíam o ensino fundamental completo e os que não o possuíam e uma grande elevação nos diferenciais entre o superior completo e o médio completo. Assim, em 1989, quem atingia o ensino fundamental completo lograva ganhar, aproximadamente, 50,00% a mais do que ganhava quem não havia completado o fundamental; já em 1999, essa diferença se reduziu para menos de 20%. Ao contrário, quem tinha o superior completo, em 1989, auferia um rendimento médio 59,63% acima daqueles que tinham o ensino médio completo, e, em 1999, a distância entre eles passou a ser de um pouco mais de 100%. O estrato de trabalhadores com o ensino médio completo manteve-se, nos dois pontos do tempo, com uma remuneração média em torno de 55% acima da auferida pelo grupo dos que tinham o fundamental completo, dado que tiveram variações muito próximas (Tabela 4).

No final da década, os empregados que tinham até o fundamental incompleto percebiam um rendimento médio real de R\$ 466,76; os que tinham o ensino fundamental completo, R\$ 558,52; os que tinham o médio completo, R\$ 860,64; e os que eram portadores de curso superior completo, R\$ 1.730,09.

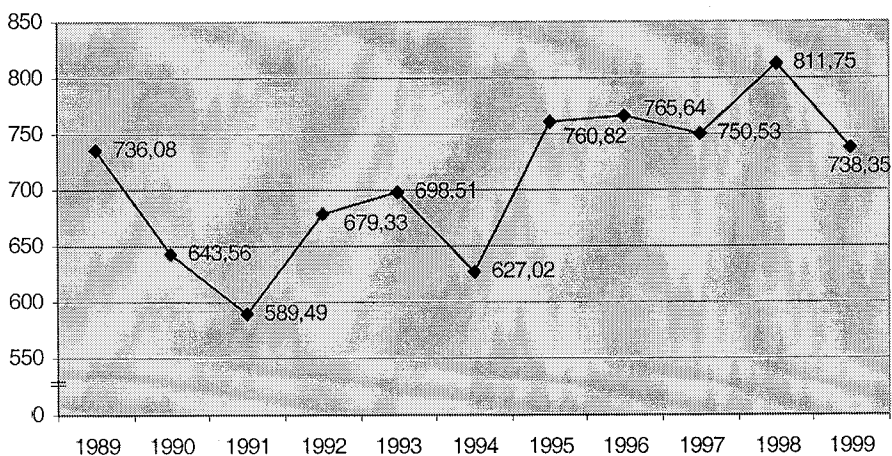
Evidencia-se uma valorização de níveis adicionais de escolaridade — mais nítida para quem tem diploma universitário —, a despeito da forte compressão nos rendimentos médios da parcela de trabalhadores situada nos estratos intermediários de escolaridade. Ou seja, os trabalhadores com o ensino superior completo conseguiram preservar o seu rendimento médio, ao passo que aqueles com o ensino fundamental completo e os com o médio completo experimentaram perdas severas, o que resultou no notável aumento do diferencial entre o nível de escolaridade mais alto e o imediatamente anterior. A contração verificada nos rendimentos médios dos estratos intermediários pode encontrar uma explicação pelo lado da oferta de mão-de-obra. Como decorrência da elevação do patamar de escolaridade da população como um todo, a posse de certificação

dos ensinos fundamental e médio pode ter se “desvalorizado” como credencial no mercado de trabalho. Os detentores desses níveis de escolaridade estariam ocupando postos em que, anteriormente, predominavam indivíduos menos escolarizados, com reflexos na remuneração média dos trabalhadores dessas faixas.

Deve-se ter presente que o rendimento médio global quase não se alterou, apesar de os estratos intermediários apresentarem perdas acima de 20% e de os extremos ficarem praticamente estagnados, devido à ocorrência de um efeito matemático, ocasionado pela saída maciça de trabalhadores do segmento de baixa escolaridade que estavam na base da distribuição salarial.

Gráfico 1

Evolução do rendimento médio real no mercado de trabalho formal,
no Rio Grande do Sul — dez./89-dez./99



FONTE: Relação Anual de Informações Sociais - RAIS (1989, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98 e 1999). Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego.

NOTA: Rendimento médio em 31 de dezembro, em valores reais, calculado com base no IPC do IEPE, a preços de dez./00.

Tomando-se os quatro setores já comentados, observa-se, entre 1989 e 1999, queda no rendimento médio real em serviços (-12,13%), uma quase-estabilização na indústria de transformação (0,57%) e no comércio (-0,44%), enquanto a administração pública apresenta um crescimento de 21,40%⁶ (Tabela 2). O rendimento médio real mais alto, em 1999, localizava-se na administração pública (R\$ 999,02), seguida pelo setor serviços (R\$ 834,46) e pela indústria de transformação (R\$ 640,77). A remuneração mais baixa, dentre estes, era a do comércio, cujo rendimento médio se situava em R\$ 499,51.

Tabela 4

Diferença percentual entre o rendimento de níveis consecutivos de escolaridade dos trabalhadores formais, por setores de atividade, no RS — 1989 e 1999

SETORES DE ATIVIDADE	FUNDAMENTAL COMPLETO		MÉDIO COMPLETO		SUPERIOR COMPLETO	
	FUNDAMENTAL INCOMPLETO	FUNDAMENTAL COMPLETO	FUNDAMENTAL COMPLETO	MÉDIO COMPLETO	MÉDIO COMPLETO	MÉDIO COMPLETO
	1989	1999	1989	1999	1989	1999
Extrativa mineral.....	30,50	2,34	78,75	69,55	228,72	291,59
Indústria de transformação.....	36,17	15,58	94,38	82,70	122,11	170,08
Serviços industriais de utilidade pública ..	155,75	28,81	22,47	30,51	125,21	99,52
Construção civil.....	28,67	11,38	57,58	65,31	131,57	187,03
Comércio.....	23,32	5,97	55,69	35,92	109,54	161,45
Serviços.....	71,09	8,74	85,98	75,04	30,67	112,00
Administração pública.....	44,70	57,18	-9,33	-6,52	111,14	64,42
Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca.....	28,22	17,68	65,26	158,89	132,79	151,20
Outros/ignorado.....	35,28	-100,00	50,54	0,00	91,53	627,36
Total.....	51,21	19,66	55,52	54,09	59,63	101,02

FONTE: RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS - RAIS (1989 e 1999). Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego. (CD de uso interno).

NOTA: Rendimento médio em 31 de dezembro, em valores reais, calculado com base no IPC do IEPE, a preços de dez /00.

⁶ Trata-se de um dado duvidoso, pois, entre os anos de 1994 e 1995, observa-se, na administração pública, um crescimento do rendimento médio real de 103,97%, o que parece inconsistente e deve ter comprometido a média do período.

Com exceção da administração pública, foi no segmento de baixa escolaridade que se verificou a melhor trajetória salarial, a começar pelo setor serviços, onde os trabalhadores que tinham até o fundamental incompleto foram os únicos que mantiveram praticamente estável o rendimento médio real, com uma variação de 0,88% entre 1989 e 1999, enquanto os demais caíram. Na indústria, eles foram os que garantiram a menor queda (-3,78%), enquanto, no comércio, só o rendimento médio deles é que cresceu, 4,26%. Na administração pública, onde se registrou crescimento para todas as faixas de escolaridade, os indivíduos escassamente escolarizados exibiram o segundo menor incremento, 19,28%, acima apenas daqueles com o superior completo, 4,01%. A pior trajetória salarial, mais uma vez ressaltando-se a administração pública, ficou por conta da faixa relativa ao ensino médio completo, que teve um recuo de -23,23% no seu rendimento médio real na indústria, -21,79% no comércio e -39,66% em serviços. A administração pública costuma destoar dos outros setores, apresentando, nessa faixa de escolaridade, o maior crescimento no rendimento médio real, 33,57% (Tabela 2).

Acompanhando a tendência verificada para o agregado, os três setores, excluindo-se a administração pública, mostraram como resultado da trajetória da década uma queda acentuada nos diferenciais de rendimento médio real entre os indivíduos que não tinham o ensino fundamental completo e os que tinham apenas esse nível. As atividades do setor serviços exibiram diminuição mais acentuada, caindo de 71,09% para 8,74% o diferencial entre um estrato e o outro. Segue-se a indústria, com um diferencial que passou de 36,17% para 15,58%, e o comércio, de 23,32% para 5,97%. Na administração pública, ao contrário, o diferencial aumentou de 44,70% para 57,18%. Aproveita-se para sublinhar que a administração pública é o único setor em que se encontra um diferencial negativo entre o rendimento médio real do segmento de trabalhadores com o ensino médio completo e os com o fundamental completo, ao mesmo tempo em que, contrariando o que foi visto até então, apresenta uma queda significativa do diferencial entre aqueles com curso superior completo e os com o ensino médio completo, de 111,14% para 64,42% (Tabela 4).

Os trabalhadores portadores de diploma universitário, nos três setores, aumentaram significativamente a distância salarial em relação ao estrato imediatamente anterior, o dos trabalhadores com o ensino médio completo. Serviços, embora mostre o menor diferencial, foi o setor que alcançou a maior variação, de 30,67% para 112,00%, seguido do comércio, que passou de 109,54% para 161,45%, e da indústria de transformação, de 122,11% para 170,08%, o maior diferencial entre esses setores. O estrato referente ao ensino médio completo, por sua vez, experimentou um declínio no seu diferencial de rendimento médio relativamente aos trabalhadores com fundamental completo: na indústria, de 94,38% para 82,70%; no comércio, de 55,69% para 35,92%; em serviços, de 85,98% para 75,04% (Tabela 4).

Desperta interesse que justamente o segmento que sofreu a maior perda salarial no período, excetuando o caso da administração pública, foi o que exibiu o maior crescimento de contingente, chegando à marca dos 88,38% no comércio, como se viu acima. Recoloca-se a questão da perda de importância dos níveis intermediários de escolaridade para a ascensão salarial, em virtude de uma oferta que vem se tornando abundante.

4 - Considerações finais

Este breve estudo mostrou a mudança no patamar de escolaridade da população empregada no mercado formal de trabalho do Rio Grande do Sul ao longo dos anos 90, ao mesmo tempo em que evidenciou a trajetória salarial, expressa pelos rendimentos médios reais, de cada estrato de escolaridade. A primeira constatação é a elevação do perfil educacional dos trabalhadores formais gaúchos, com a perda de importância relativa dos indivíduos de baixa escolaridade (os que tinham até o fundamental incompleto), que reduziram a sua participação no emprego de 51,00% em 1989 para 36,78% em 1999, o que foi resultado de um decréscimo acentuado de contingente nesse estrato (-30,35%). A queda de 3,42% verificada no total do emprego nos anos 90 foi localizada nesse estrato, já que foi o único a sofrer retração, em meio a uma grande expansão do estoque de trabalhadores do estrato com o ensino médio completo e uma expansão menor, mas igualmente significativa, dos restantes.

As distintas magnitudes nas variações dos rendimentos médios reais por níveis de escolaridade são outro aspecto que chama atenção: enquanto os rendimentos médios reais quase não variaram no caso dos trabalhadores de escolaridade inferior e no dos trabalhadores de nível superior, para os estratos intermediários — com o ensino fundamental completo e com o médio completo —, que detinham a segunda e a terceira posições na estrutura do emprego, os decréscimos foram notáveis, em torno de 20%. Essas dissonâncias provocaram o aumento acentuado do diferencial de rendimento entre a parcela dos trabalhadores com o diploma universitário e os que detinham como última titulação o ensino médio completo, não por efeito de um incremento para os primeiros, mas de uma “desvalorização” dos últimos, seja por estarem sendo contratados para cargos que exigiam uma escolaridade menor do que a apresentada por eles, seja por uma pressão da oferta. O notável acréscimo no contingente de trabalhadores formais com o ensino médio completo deve estar associado mais à comprovada elevação do patamar de escolaridade da população como um todo do que a requisitos técnicos colocados pela esfera produtiva.

No agregado do mercado de trabalho, a variação dos rendimentos médios foi praticamente nula (0,31%). Tendo em vista que nenhum estrato de escolari-

dade obteve ganhos em suas remunerações médias e que dois deles experimentaram importantes perdas, essa relativa estabilidade dos rendimentos globais estaria associada à forte perda de participação por que passou o estrato de trabalhadores sem o ensino fundamental completo, que concentra os rendimentos mais baixos do mercado de trabalho.

Os dados da RAIS não permitem distinguir, quando se trata de analisar a mudança do perfil de escolaridade dos trabalhadores, em que medida ela responde a uma melhora no nível educacional dos que se mantiveram empregados ao longo do período e o quanto ela reflete a condição de novos ingressantes ou a expulsão de determinados segmentos da força de trabalho.

Por outro lado, cabe destacar que os contingentes adicionados às faixas com o fundamental completo e com o médio completo, ao longo da década, o foram com salários inferiores aos daqueles que, possuindo o mesmo grau de escolaridade, já estavam no mercado formal.

Bibliografia

BASTOS, Raul Assumpção. A força de trabalho industrial do Rio Grande do Sul nos anos 90: contrastes entre os gêneros tradicionais e dinâmicos. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 28, n. 4, p. 200-227, 2001.

BASTOS, Raul Assumpção. Emprego e produtividade na indústria de transformação do Rio Grande do Sul: alguns aspectos dos anos 90. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 28, n. 1, p. 137-180, 2000.

CARLEIAL, Liana; VALLE, Rogério (org.). **Reestruturação produtiva e mercado de trabalho no Brasil**. São Paulo: Hucitec; ABET, 1997.

FLIGENSPAN, Flávio. Uma revisão da ocupação e dos rendimentos durante o Plano Real. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 26, n. 2, p. 140-153, 1998.

JORNADA, Maria Isabel H. da. Rendimentos no mercado de trabalho formal no RS e em suas regiões. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 28, n. 4, p. 228-249, 2001.

POCHMANN, Márcio. Velhos e novos problemas do mercado de trabalho no Brasil. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 26, n. 2, p. 119-139, 1998.

STERNBERG, Sheila S. Wagner. A RAIS MIGRA como instrumento de análise do mercado de trabalho: um exercício a partir dos dados do Rio Grande do Sul. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 28, n. 4, p. 183-199, 2001.

STERNBERG, Sheila S. Wagner. O emprego formal no COREDE Vale do Rio dos Sinos: uma trajetória marcada pela forte retração do emprego industrial. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 28, n. 2, p. 248-283, 2000.

STERNBERG, Sheila S. Wagner; JORNADA, Maria Isabel H. da; XAVIER SOBRINHO, Guilherme G. de F. O emprego formal no RS, nos anos 90: diferenciais na retração. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 27, n. 4, p. 209-248, 2000.

XAVIER SOBRINHO, Guilherme G. de F. et al. Mercado de trabalho no Rio Grande do Sul nos anos 90. In: Fligenspan, Flávio B. (org.). **Economia gaúcha e reestruturação nos anos 90**. Porto Alegre: FEE, 2000.

XAVIER SOBRINHO, Guilherme G. de F.; STERNBERG, Sheila S. Wagner; JORNADA, Maria Isabel H. da. Escolaridade do trabalhador formal no RS: evolução em um quadro de diversidades regionais. **Indicadores FEE**, Porto Alegre, v. 28, n. 3, p. 62-93, 2000.